

Meio ambiente e Desenvolvimento no discurso do jornalismo de economia¹

Environment and Development in the discourse of economic journalism

Veridiana Dalla Vecchia

Editora do caderno +Domingo do jornal Correio do Povo. Rua Caldas Júnior, 219, Centro, 90010-260, Porto Alegre, RS, Brasil. veridv@gmail.com

Resumo. Esta pesquisa trata da relação entre o meio ambiente e os conceitos de crescimento e desenvolvimento no jornalismo de economia. Para construir o trabalho, foi analisado o jornal *Valor Econômico* e escolhida a questão energética como foco da análise. São usados autores como Leff, Latouche e Georgescu-Roegen para traçar um panorama do pensamento ecológico ligado à economia. As teorias de Giddens, Sen e Furtado aparecem na análise dos conceitos de desenvolvimento e crescimento. As considerações de Berger e Luckmann e Park são empregadas para explicar que este trabalho entende o jornalismo como forma de conhecimento e construção da realidade. Também há referências às teorias de Charaudeau e Foucault sobre a verdade e o discurso jornalístico. Observou-se que o discurso do *Valor Econômico* está fundamentalmente vinculado à ideia de necessidade de crescimento econômico. O meio ambiente, quando aparece, ocupa lugar secundário, e não há questionamento sobre o atual modelo de desenvolvimento.

Palavras-chave: jornalismo, meio ambiente, desenvolvimento.

Abstract. This thesis focuses on the relation between the environment and the concepts of growth and development in economic journalism. To do so, the newspaper *Valor Econômico* was chosen due to its position as the Brazilian main economic publication and the energy issues was selected as focus of analysis. Authors as Leff, Latouche and Georgescu-Roegen are used to give an overview of ecological thought linked to the economy. The concepts of development and growth are examined through the theories of Giddens, Sen and Furtado. The considerations of Berger and Luckmann and Park are employed in order to explain that this work considers journalism as a form of knowledge and construction of reality. There are also references to the theories of Foucault and Charaudeau about truth and journalistic discourse. On examination of the corpus, it was observed that the speech of *Valor Econômico* is fundamentally linked to the idea of the need for economic growth. The environment, when it appears, occupies second place and there is no questioning about the current development model.

Keywords: Journalism, Environment and Development.

Introdução

Há décadas se fala em ecologia, sustentabilidade e limites do crescimento econômico. Inúmeros estudos científicos já comprovaram a emergência do problema ecológico e que

suas causas são especialmente as atividades humanas. Se é inegável que o modelo econômico de crescimento contribui para o aquecimento global e, consequentemente, para os problemas que surgem dele, a forma de resolver essa questão não é tão clara e se relaciona

¹ Artigo baseado em dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

diretamente a diferentes maneiras de pensar a vida em sociedade e a relação com a natureza.

O pensamento ecológico pressupõe que fazemos parte de um todo conectado e dependente, porém, a economia está ainda bastante relacionada a uma postura de racionalidade instrumental e utilitarista. Tanto que grande parte do pensamento econômico ainda entende desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, sem conseguir desvincular um conceito do outro.

A partir dessas considerações, surgem questões como: o que o jornalismo de economia entende por desenvolvimento? O discurso jornalístico dá visibilidade às contradições entre essas visões de mundo? Ao tentar responder a essas perguntas, trago como pressuposto que a produção jornalística é fruto de influências pessoais, econômicas, sociais, ideológicas, culturais e históricas, em uma articulação de forças que ora pendem para um lado, ora para outro. No caso do jornalismo econômico e sua relação com a questão ambiental, essa articulação de forças se dá de forma ainda mais delicada, já que — ao menos para os grandes veículos de comunicação — o modelo econômico atual sustenta a produção jornalística. Este trabalho busca refletir sobre a abordagem dada pelo jornalismo sobre desenvolvimento, crescimento e meio ambiente.

Economia

A Ciência Econômica e seu paradigma atual

Historicamente, a Ciência Econômica não considerou o meio ambiente como área de seu alcance. A partir da década de 1970, no entanto, estudos apontaram a necessidade de se repensar a Economia² e tratar a questão ambiental como parte fundamental de seu contexto. Porém, a Economia ainda permanece em grande parte ligada ao paradigma mecanicista³, entendendo o meio ambiente e os resultados dos processos econômicos como “externalidades”, ou seja, resultados externos a ela.

Como aponta Cechin (2008, p. 18), ainda hoje grande parte do estudo de Economia nas universidades é feito por meio dos manuais, que “são omissos em relação à fronteira do co-

nhecimento, ou seja, ao que há de mais avançado sendo produzido na disciplina”. Mesmo que muitas correntes da Economia já há algum tempo estejam revendo teorias, os manuais que formam os futuros economistas sugerem que ela é um campo de conhecimento fechado, como a Física Mecânica, e enxergam o sistema econômico como separado do ambiente. Apesar das tentativas feitas para se pensar a Economia de forma mais ampla, na prática, estamos presos a um pensamento reducionista, construído histórica e ideologicamente como se fosse verdade indiscutível.

A economia se depara com o paradoxo de pretender ser uma ciência humana construída sobre os princípios imutáveis da física mecanicista, aos quais já não corresponde nem o processo de produção nem a própria física; enquanto a física revolucionou e refundamentou seus paradigmas teóricos, a economia se nega a enfrentar seus impensáveis, mantendo sua inércia mecanicista e seu inelutável processo de produção de entropia, incapaz de perceber que é isso que está destruindo as bases da sustentabilidade no planeta (Leff, 2010, p. 24).

Leff entende que a Ciência Econômica não é uma ciência como todas as outras, que elaboram seu conhecimento a partir de hipóteses teóricas que são verificadas ou refutadas com dados da realidade, mas que se constitui como paradigma ideológico-teórico-político. A visão hegemônica da economia, baseada no pensamento mecanicista, nos leva a pensar que o desenvolvimento ocorre a partir do crescimento econômico, da riqueza material. Nosso esquema mental, formado historicamente, não consegue, na maior parte das vezes, separar uma coisa da outra. Para muitos, a defesa do crescimento tornou-se uma fanática religião, sobre a qual não são permitidos questionamentos.

Desenvolvimento e crescimento

Em diversas fontes de discurso (imprensa, governos e sociedade civil), é comum essas expressões aparecerem como sinônimos, especialmente em uma racionalidade predominantemente econômica, na qual a ideia de desenvolvimento se apresenta atrelada ao

² Neste trabalho, utilizei a palavra Economia, com inicial maiúscula, quando referir-se à Ciência Econômica, e economia, em minúsculo, quando for referente ao sistema econômico.

³ O paradigma mecanicista caracteriza-se pela compreensão de que o todo é igual à soma das partes. Essa forma de pensamento surgiu entre o século XV e XVI, com o desenvolvimento da Física Mecânica, e Descartes foi um dos grandes pensadores que contribuíram para essa forma de fazer ciência.

aumento da produção e do consumo. Nesse caso, o bem-estar é medido objetivamente pelo aumento do volume de consumo, produção e geração de empregos, fazendo crescer o Produto Interno Bruto (PIB) de um país, mas não necessariamente a qualidade de vida de sua população.

Não é difícil compreender os motivos da confusão na utilização dos termos. Historicamente, pelo menos até os anos 1960, as nações industrializadas eram as que mais cresciam e cuja população tinha o melhor nível de vida; portanto, ficava fácil confundir crescimento com desenvolvimento. Além disso, os efeitos sobre a natureza não eram tão evidentes. Giddens (2010) defende que provavelmente o crescimento econômico contínuo traga benefícios, mas, ao mesmo tempo, os problemas tendem a se acumular. Para o sociólogo, ao contrário de outros pensadores sobre os quais falaremos mais adiante, isso não significa que o crescimento tenha que parar, “mas que não deva ser buscado independentemente de suas consequências mais amplas”.

Conforme Veiga (2010), com o primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano, que apresentava o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ficou claro que crescimento não correspondia exatamente a desenvolvimento. Porém, segundo ele, a reação ao documento e ao IDH entre os economistas e as faculdades de Economia foi de ou reconhecê-lo, mas não incorporá-lo, ou simplesmente ignorá-lo.

A mais significativa foi simplesmente banir o termo desenvolvimento, como se pode constatar em simples consulta aos excelentes glossários e índices disponíveis no final dos mais prestigiados manuais, como, por exemplo, os de Gregory Mankiw. Tal atitude foi simultânea a uma agressiva ofensiva acadêmica com o objetivo de desqualificar todas as disciplinas filiadas à chamada “Economia do Desenvolvimento”. Elas não foram inteiramente eliminadas dos currículos dos cursos de Economia, mas permanecem apenas toleradas como formações complementares, a exemplo da Sociologia e do Direito (e às vezes até da História) (Veiga, 2010, p. 20).

A noção de desenvolvimento é mais complexa que a de crescimento e apresenta variações dependendo da reflexão de cada autor, mesmo que invariavelmente passe pelo aumento do bem-estar e da qualidade de vida de determinada população. Sob uma ótica neoclássica, o desenvolvimento pressupõe potencializar a industrialização e a acumulação

de capital produtivo. Pode ser medido, por exemplo, a partir de indicadores do nível de renda *per capita*, taxa de desemprego, distribuição de renda, existência de infraestrutura. Esses indicadores representam condições para atender a algumas necessidades que definem o bem-estar, mas apenas à parte material das necessidades (Assis, 2006).

Em uma racionalidade que busca a sustentabilidade, entende-se desenvolvimento incluindo necessidades não apenas materiais, mas de melhor qualidade de vida. Para Furtado, as sociedades são consideradas desenvolvidas na medida em que o homem consegue satisfazer suas necessidades, manifestar suas aspirações e exercer seu gênio criador. “Desenvolvimento é menos o domínio da natureza e mais um processo de criação de valores, portanto, de avanço na racionalidade substantiva ou dos fins” (Furtado, 1984, *in* Assis, 2006, p. 22).

Sen (2010) considera que o objetivo do desenvolvimento está na liberdade individual, com a eliminação de privações que limitam escolhas e oportunidades das pessoas de exercerem sua ação de agente. Para ele, a expansão da liberdade depende de liberdade política, facilidades econômicas e oportunidades sociais.

As argumentações de Sen e Furtado, entre outros autores, apontam que fatores econômicos são apenas parte do desenvolvimento. Produção, consumo e lucro são alguns dos meios pelos quais o desenvolvimento e o bem-estar podem se realizar.

Economia e Meio Ambiente

A economia deve assumir sua responsabilidade em relação à degradação ambiental e à escassez de recursos naturais, e não apenas classificar o meio ambiente como “externalidade”, tentando “justificar sua irresponsabilidade nesse aspecto, ao mesmo tempo em que se compromete no propósito de ‘internalizar as externalidades’” (Leff, 2010, p. 37). Porto-Gonçalves (2012) também aponta que existe uma crença acrítica de que há sempre solução técnica para tudo. Porém, ele lembra que o sistema técnico inventado por uma determinada sociedade traz embutido nele a sociedade que o criou. Portanto, para se ter uma visão o mais clara possível sobre a questão ambiental, devemos ter presente nosso contexto histórico e os paradigmas dominantes, especialmente o da defesa da importância da técnica e do crescimento econômico para a melhoria das condições de vida da população mundial.

A forma de resolver o impasse entre crescimento econômico e preservação do meio ambiente não é clara e se relaciona diretamente a diferentes maneiras de pensar a vida em sociedade e a natureza. Leff (2010) destaca três tipos de pensamento econômico que têm ligação com o meio ambiente: a economia ambiental, que tenta conciliar crescimento econômico e preservação ambiental precificando a natureza, para, assim, com mecanismos de mercado, tentar minimizar o problema ambiental; a economia ecológica, que procura, por meio do avanço tecnológico e da conscientização, diminuir o impacto causado pelo homem, mas que também não fugiria do modelo de desenvolvimento econômico tradicional; e a racionalidade ecológica, que entende que o problema ambiental só será resolvido dentro de outra forma de economia, não baseada no crescimento infinito.

Georgescu-Roegen (2003), criador da ideia de bioeconomia, defende que não existe possibilidade de crescimento econômico infinito com base na exploração dos recursos naturais. A bioeconomia do autor romeno entende que liberdade econômica e crescimento acelerado, embora úteis como instrumentos de curto prazo, têm pouco a oferecer para estratégia econômico-ambiental de longo prazo.

Georgescu-Roegen observou que a produção de um bem, de uma mercadoria, implica extrair e transformar a natureza, ou seja, massa e energia; e que essa transformação de massa e energia – embora seja ativada e demarcada pelas leis do mercado – circula e se degrada segundo as leis da ecologia e da termodinâmica; e nesse processo há uma perda líquida de energia útil – de estados de baixa entropia para estados de alta entropia –, cuja manifestação mais clara é a transformação da energia em calor, que é a forma mais degradada, irreversível e irre recuperável da energia, ao menos em nosso planeta (Leff, 2010, p. 23 e 24).

Para frear o processo de entropia, Latouche (2009) destaca a necessidade de se colocar em prática o “decrecimento”. Segundo ele, não se trata de defender o decrecimento pelo decrecimento, assim como hoje se aceita o crescimento pelo crescimento, mas enfatizar o abandono da noção de crescimento ilimitado, criando uma sociedade onde se possa viver melhor trabalhando e consumindo menos.

Outro aspecto importante a se levar em conta é a urgência da questão ambiental. Mesmo com todos os alertas e a alta probabilidade de acerto das previsões pessimistas sobre as

consequências das mudanças climáticas para a vida humana, muitas pessoas ainda levam suas vidas como se não houvesse riscos, apesar de terem conhecimento da existência dos mesmos. É o paradoxo de Giddens:

Visto que os perigos representados pelo aquecimento global não são palpáveis, imediatos ou visíveis no decorrer da vida cotidiana, por mais assustadores que se configurem, muita gente continua sentada, sem fazer nada de concreto a seu respeito. No entanto, esperar que eles se tornem visíveis e agudos para só então tomarmos medidas sérias será, por definição, tarde demais (Giddens, 2010, p. 20).

Os autores citados estão de acordo sobre o fato de que é preciso rever o quanto antes nosso modelo de sociedade, porque somente assim será possível evitar a destruição das condições da vida humana no planeta. E um dos pontos fundamentais que precisa ser revisto é o modelo econômico no qual estamos inseridos.

Parte fundamental da responsabilidade pelo atual momento que passamos, com a destruição da natureza e o aumento da temperatura da Terra, se deve à forma pela qual obtemos energia para manter nossa forma de vida. A sempre maior necessidade de consumir energia, alavancada pelo crescimento econômico, e a maneira pela qual a alcançamos são os grandes responsáveis pelo aquecimento climático.

A Questão Energética

Não é possível pensar em combater o aquecimento global sem levar em conta que a matriz energética atual — baseada na exploração de combustíveis fósseis, especialmente petróleo — é a principal responsável pelo aumento da temperatura da Terra. Estudos tentam encontrar formas de substituir nossa dependência do petróleo — no entanto, até o momento, nenhuma das alternativas se mostrou forte o bastante para possibilitar a continuidade do consumo energético atual. Entre as apostas, estão o uso do hidrogênio, carvão purificado, energia eólica, nuclear, das marés e ondas, solar, geotérmica, geoengenharia, etc. Essas alternativas, porém, ainda se mostram insuficientes ou, em alguns casos, perigosas, se quisermos manter o nível de consumo equivalente ao que temos hoje e evitar produzir mais desastres ambientais.

A questão energética está estritamente ligada à segurança dos países. A geopolítica

mundial pressupõe que segurança energética significa cada país ter acesso a seu estoque de energia, necessidade que, com o crescimento populacional e econômico, apenas aumenta. Por isso é tão difícil atacar as causas da mudança climática.

Há tempos sabemos que uma das consequências dos graves distúrbios no padrão climático é o maior risco de instabilidade política. Na verdade, esse risco constitui uma das principais razões pelas quais os militares e especialistas em segurança nacional nos Estados Unidos há tempo se preocupam mais com o aquecimento global do que a maioria dos políticos eleitos (Gore, 2013, p. 295).

Para Giddens (2010), há um desequilíbrio nas literaturas especializadas em mudança climática e segurança nacional, nas quais dificilmente se apresenta a relação entre o crescimento econômico – e consequentemente a necessidade de se ter acesso facilitado a fontes de energia – e o meio ambiente.

As análises da segurança energética concentram-se – acertadamente, aliás – nas tensões, interesses e discordâncias que caracterizam a política global. Nas discussões sobre a mudança climática, ao contrário, a geopolítica surge como uma presença obscura no pano de fundo, quando se negocia a redução das emissões. Esse desequilíbrio precisa ser corrigido. Assim como não temos uma política desenvolvida sobre a mudança climática, falta-nos também a geopolítica referente a ela (Giddens, 2010, p. 33).

Outro ponto a ser considerado é que, embora se saiba que os combustíveis fósseis são os grandes responsáveis pelo aquecimento global, ainda pouco se tem feito na busca de sua substituição. O documento *World Energy Outlook 2011* – publicado pela Agência Internacional de Energia – mostra que os subsídios ao consumo de combustíveis fósseis no mundo continuam a disparar em relação aos incentivos ao uso de fontes renováveis. Entre 2007 e 2010, os fósseis receberam incentivos de 1,6 trilhão de dólares, enquanto as energias renováveis apenas 209 bilhões de dólares.

Para Berman (2012), para alterar essa situação, é necessário reorientar o perfil de produção e consumo, modificando os atuais paradigmas econômicos, de forma a reduzir a necessidade de aumentar a oferta de energia. No Brasil, embora não sejamos tão dependentes de combustíveis fósseis, o perfil é o mesmo. Procuramos aumentar a oferta de energia,

para ampliar produção e consumo, em um ciclo aparentemente infinito.

Alterar os padrões de consumo, diminuindo a necessidade de se produzir cada vez mais energia, parece ser imprescindível se quisermos evitar o pior cenário em relação ao aquecimento global. Além disso, fazer as relações entre mudança climática, energia e segurança nacional também seria um primeiro passo na busca de soluções para o problema. Para isso, no entanto, além do aumento no número de estudos relacionando esses temas, também o jornalismo poderia exercer papel importante, questionando e evidenciando essas relações.

Jornalismo: conhecimento e discurso

O jornalismo se constitui como forma de conhecimento da realidade. Uso a significação dada pela Sociologia do Conhecimento, que propõe que todo o saber humano desenvolve-se em situações sociais. Portanto, parto do pressuposto de que o jornalismo está inserido em um processo de construção social da realidade. Para Berger e Luckmann (2009), o jornalismo, como dito anteriormente, é um dos atores que contribuem para a construção da realidade, mas não o único.

Park (2008) diz que o jornalismo é uma forma de conhecimento que se encontra entre o senso comum e o conhecimento científico. Ele caracteriza a notícia como um documento público, transitório e efêmero, mas nem por isso desprezível enquanto forma de conhecimento. Genro Filho (1989) também entende que o conhecimento produzido pelo jornalismo é essencialmente efêmero, enquanto obedece a critérios diferentes em relação às ciências sociais e naturais, de um lado, e a arte, de outro.

Neste trabalho, tomo com muitas ressalvas a ideia de que o “jornalismo constrói a realidade”, como ouvimos frequentemente, tanto no senso comum como em trabalhos acadêmicos. Como aponta Meditsch (2010), normalmente, essa expressão aparece como pressuposto, e não nas conclusões dos trabalhos. Creio que, como parte da sociedade, o jornalismo influencia e é influenciado por ela, em graus difíceis de serem mensurados. Neste artigo, quando for usada a expressão *construir a realidade*, seu significado será não no sentido de formar o que é exterior ao jornalismo, a vida social, mas sim a ideia de que a notícia não é o fato, mas uma construção a partir deste, capturado na realidade.

Não há captura da realidade empírica que não passe pelo filtro de um ponto de vista particular, o qual constrói um objeto particular que é dado como um fragmento do real. Sempre que tentamos dar conta da realidade empírica, estamos às voltas com um real construído, e não com a própria realidade (Charaudeau, 2006, p. 131).

O jornalismo, como produto social, ganhou a autoridade de poder contar a realidade; historicamente, recebeu a legitimidade de narrar os fatos do presente, tornou-se instituição. “Essa autoridade emerge de um percurso histórico desse modo de conhecimento, inscrito na trajetória da sociedade moderna, fundado em sua missão pública e em princípios relativamente consensuais na comunidade jornalística” (Benetti, 2008, p. 21-22). Sendo instituição, exerce controle, porém, não se trata de controle no sentido de manipulação das consciências, como dito frequentemente, e nem de controle policialesco, de imposição de sanções. O jornalismo não impõe regras ou sanções, e, portanto, não é uma instância de poder, o “quarto poder”. “Mais que isso, as mídias e a figura do jornalista não têm nenhuma intenção de orientação nem de imposição, declarando-se, ao contrário, instância de denúncia do poder” (Charaudeau, 2006, p. 18).

No entanto, embora não seja uma instância de poder, o jornalismo exerce certo poder, uma forma de controle que é característica a todas às instituições.

As instituições, também, pelo simples fato de existirem, controlam a conduta humana estabelecendo padrões previamente definidos de conduta, que a canalizam a uma direção por oposição a muitas outras possíveis. É importante ressaltar que este caráter controlador é inerente à institucionalização enquanto tal, anterior a quaisquer mecanismos de sanções estabelecidos para apoiar uma instituição ou independentes desses mecanismos (Berger e Luckmann, 2004, p. 80).

Como forma de conhecimento que influencia e é influenciado pela realidade social, o jornalismo usa e se utiliza de expressões textuais que fazem parte do que entende como verdadeiro. Charaudeau (2006) destaca que as “provas da verdade” devem ser exteriores ao sujeito do discurso, devem ser reconhecidas como tal por quem está de fora, precisam assegurar efeitos de verossimilhança. O que está em questão é a credibilidade, “aquilo que determina o ‘direito à palavra’ dos seres que comunicam, e as condições de validade da palavra emitida” (Charaudeau, 2006, p. 49).

Foucault (1996) lembra que tudo o que se percebe como verdadeiro é construído histórica e socialmente, conforme as estruturas ideológicas e de poder vigentes; o discurso da verdade depende sempre do local do qual é proferido e de quem o profere.

No discurso jornalístico, e em toda forma de discurso, se consolidam aspectos históricos, sociais e ideológicos. Nenhum discurso é acidental; no entanto, isso não significa que seja intencional, apenas reflete o fato de ser produto da história e de seu sistema de produção (Orlandi, 1996). Além disso, o discurso não é o texto, o discurso é o que acontece entre os sujeitos de interlocução. Para a teoria da Análise do Discurso de linha francesa, o sujeito é fundamental, mas, apesar disso, “tem um poder de enunciação relativo, pois está submetido a regras que lhes são exteriores e anteriores – e sobre as quais geralmente não tem domínio” (Benetti, 2008, p. 17).

No jornalismo econômico, essas marcas históricas e ideológicas do discurso são muitas vezes evidentes, mas outras vezes apresentam-se de forma sutil. Frequentemente, as falas do jornalismo de economia são excludentes, já que se utilizam de expressões de difícil compreensão para quem não tem aproximação com a área econômica. Em um setor da sociedade que nem sempre é de fácil compreensão, o jornalismo, além de informar, tem a função de traduzir o obscuro discurso do “economês” (Caldas, 2008; Basile, 2012; Vilas Boas, 2006). Isso, porém, nem sempre acontece e, muitas vezes, os textos jornalísticos de economia acabam sendo incompreensíveis para um leigo. Olhando de forma mais ampla, o que prega a teoria do jornalismo econômico é a mesma deontologia do jornalismo em geral: traduzir em linguagem clara e acessível os acontecimentos, agregar dados e fazer relações, ouvir todos os lados. Porém, na prática – muitas vezes devido à acelerada rotina de produção, outras vezes por comodidade ou falta de informação do jornalista – isso nem sempre acontece.

Já o jornalismo ambiental vem regastar essas regras, tentando retratar a realidade de forma mais abrangente. Bueno (2007) nos remete a uma reflexão sobre a inserção do saber ambiental na comunicação. O jornalismo ambiental é, antes de tudo, jornalismo, e deve ter compromisso com o interesse público, com a democratização do conhecimento e com a ampliação de debates. Capra (1982) entende que os jornalistas, diante da emergência ambiental, deverão mudar o seu modo de pensar frag-

mentário, e desenvolver uma ética profissional baseada na consciência social e ecológica.

Particularmente – embora concorde com essa visão, e talvez por força de minha prática jornalística –, não vejo como, na atualidade, o jornalismo possa ser exercido da forma como idealmente defendem os teóricos do jornalismo ambiental, perpassando todas as editoriais. O jornalismo ambiental quebra o dogma da imparcialidade, propõe atuação engajada em favor da sustentabilidade, em favor do uso racional dos recursos naturais, e, conseqüentemente, contra o consumismo desenfreado dos países ditos desenvolvidos. O jornalismo ambiental precisa ter caráter revolucionário, comprometido com a mudança de paradigmas (Bueno, 2007), o que, na maior parte das vezes, vai de encontro inclusive aos interesses dos próprios meios de comunicação tradicionais. Embora a cobertura de meio ambiente esteja crescendo dentro dos veículos, ela ainda não reflete as proposições do jornalismo ambiental.

Isso não significa, no entanto, que esses valores não devam ser perseguidos. Somente por meio do conhecimento, em todas as esferas da vida pública, se poderá tentar transformar não apenas o jornalismo, mas também a sociedade. Também temos que levar em conta que a consciência ambiental vem crescendo, fazendo com que a pressão por esse tipo de conteúdo e a própria consciência dos jornalistas aumente. Retomando o que já foi dito anteriormente, o jornalismo influencia e é influenciado pela realidade social, e a construção da realidade não se dá em um caminho de mão única. O problema com que se debatem os jornalistas ambientais não é o desconhecimento desse processo, mas a urgência da resolução. A ansiedade de precisar acelerá-la.

O Valor Econômico e o jornalismo

O jornal *Valor Econômico*, cuja primeira edição foi publicada em 5 de maio de 2000, é fruto de parceria entre as Organizações Globo e a *Folha de S.Paulo*, dois dos maiores grupos de comunicação do país. Para formar o *corpus* da pesquisa, separei todas as edições do jornal *Valor Econômico*, incluindo cadernos especiais, entre 1º de janeiro e 31 de maio de 2013. Como recorte e formatação do *corpus*, selecionei ape-

nas os textos nos quais a cartola⁴ estivesse relacionada à questão energética e que fosse abertura de página. Ao todo, nos cinco meses, foram separados, com essas características, 130 textos, contendo 419 sequências discursivas (SDs) para análise.

Para tentar apreender as variáveis do discurso do *Valor Econômico*, usei a Análise de Discurso de linha francesa. Identifiquei os sentidos presentes, levando em consideração que, como aponta Brandão (2004), a linguagem é interação e um modo de produção social, não é neutra e nem natural, é o lugar de manifestação ideológica. Já que, em qualquer texto, há “a opacidade da linguagem, a determinação dos sentidos da história, a constituição dos sujeitos pela ideologia e pelo inconsciente” (Orlandi, 2003, p. 59), busquei, por meio da Análise de Discurso, identificar os sentidos dados à questão energética, especialmente a ligação com conceitos de crescimento, desenvolvimento e meio ambiente.

A sistematização da metodologia seguiu as etapas propostas por Benetti (2010) para a Análise do Discurso: mapear os sentidos que se repetem (paráfrases), e analisá-los para compreender os valores que os sustentam. Além disso, tentei apontar sentido que poderiam estar no conjunto de textos, mas que não aparecem. Em análise prévia do *corpus*, identifiquei grande quantidade de não ditos sobre os temas pesquisados. Para a Análise de Discurso, o que não é explicitado também significa: “como o sentido é sempre produzido de um lugar, a partir de uma posição do sujeito, ao dizer ele estará, necessariamente, não dizendo ‘outros’ sentidos” (Orlandi, 2003, p. 55).

Na primeira parte da análise, os textos foram divididos em nove categorias pré-definidas conforme o principal viés tratado no texto. Essas categorias foram definidas a partir da identificação das principais abordagens que apareciam nas matérias em uma primeira análise do material. As matérias foram sempre classificadas a partir de sua característica mais evidente, mesmo que contivessem elementos de outras categorias. A seguir, segue relação com as nove categorias:

- (1) Desempenho financeiro: matérias que tratam do balanço financeiro de empresas, lucros ou prejuízos, cotação em bolsa, etc;

⁴ Uma ou mais palavras usadas para indicar o assunto da matéria. Comumente utilizada em cima do título (no caso do *Valor*, logo abaixo).

- (2) Regulação de regras de mercado: regulações estabelecidas pelo Estado às atividades relacionadas com o setor de energia;
- (3) Expansão: expansão física, como construção de linhas de transmissão, usinas, aumento da produção a partir de procedimentos ou modernizações antes não existentes, e expansão de investimentos que podem resultar em expansão física;
- (4) Gerenciamento: readequações financeiras e de produção, movimentos relacionados à gestão, seja de empresas públicas seja de privadas;
- (5) Abastecimento: rendimento à demanda por energia;
- (6) Produção: relatos sobre a produção de uma determinada empresa;
- (7) Situação trabalhista: situação dos trabalhadores de grandes obras para a produção de energia;
- (8) Eficiência energética: novas práticas ou tecnologias que permitam economizar energia;
- (9) Meio ambiente: Questões ambientais envolvidas no tema energia.

Dos 130 textos estudados, 34 se encaixam no grupo “expansão”. Logo após o grupo “expansão” está “desempenho financeiro”, com 31 ocorrências. Em terceiro lugar, está “gerenciamento”, com 22. Depois aparecem os grupos “regulação” (19), “abastecimento” (8), “produção” (7), “meio ambiente” (4), “eficiência energética” (4) e “situação trabalhista” (1).

Com esses números, já se pode perceber o grande espaço editorial destinado ao aspecto financeiro. Essa característica vai ao encontro do estudo de Puliti (2009), que já havia observado a financeirização do noticiário econômico no Brasil⁵. Outro ponto em comum entre a pesquisa de Puliti e as observações feitas nessa etapa do estudo foi a “ausência de assuntos econômicos de cunho social”.

No caso da questão energética, vários temas de cunho social e ambiental poderiam ser abordados, como a própria discussão sobre a necessidade de se aumentar ou não em continuidade a produção de energia no país, ou os impactos ambientais e sociais de cada fonte de geração de energia. São questionamentos im-

portantes para o futuro e para a economia e que, no entanto, pouco aparecem nas páginas do *Valor*.

Na segunda parte da análise, tentei compreender a relação entre a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento ou crescimento econômico nos textos da publicação. Identifiquei as correntes de pensamento presentes no *Valor* relativas à sustentabilidade ambiental e ao modelo de desenvolvimento atual com base no referencial teórico descrito neste trabalho.

Crescimento e Desenvolvimento

Os textos do *Valor Econômico* sobre a questão energética falam normalmente de lucros, investimentos e prejuízos. O crescimento econômico é a tônica do discurso. A questão do desenvolvimento, entendido neste trabalho como melhoria da qualidade de vida de determinada população, praticamente não está presente. O aspecto do desenvolvimento aparece em apenas sete matérias, das 130 em análise, nas quais há algum elemento do discurso que possa ser encaixado no conceito de desenvolvimento. Por exemplo, a matéria em que o discurso do desenvolvimento mais de sobressai ao do crescimento, do dia 23 de janeiro de 2013, página F4, destaca um sistema de aquecimento de água desenvolvido a baixo custo que é “ambientalmente sustentável, com aumento do conforto, alívio no orçamento doméstico e potencial para reduzir a demanda de energia nos horários de pico”. Por sua vez, a defesa do crescimento econômico fica clara no uso repetido de expressões como “arrecadação recorde”, “apetite das empresas”, “continua buscando formas de ganhar dinheiro”, que sempre vêm colocadas em sentido positivo. Em matéria da página B9, da edição de 5, 6 e 7 de abril, a preocupação é que uma petroleira encontrou uma reserva de gás, porém, não há demanda para o produto e ele precisa ser vendido, já que a empresa vinha acumulando perdas financeiras. A lógica parece ser: se foi encontrado, precisa gerar lucro.

Uma característica que se sobressai nos textos do *Valor Econômico* é a financeirização do discurso. Além do aumento da produção

⁵ Em seu estudo, Puliti analisa 14 anos dos jornais *Folha de S. Paulo* e o *O Estado de S. Paulo*. A autora concluiu que o conteúdo do noticiário econômico começou a se transformar a partir de 1980, substituindo tradicionais fontes, empresários, produtores rurais, acadêmicos e sindicalistas por economistas. Porém, segundo ela, a grande mudança ocorreu a depois de 1994, em decorrência do Plano Real, com o que a autora chama de “segunda etapa da financeirização, aquela com contornos ideológicos”.

física da energia, o aspecto financeiro ocupa lugar predominante nas matérias. Como financeirização, usei a definição de Puliti (2009), que entende que o noticiário com esse viés traz como principais temas o comportamento dos mercados de ações, câmbio e juros; investimentos de pessoas físicas ou jurídicas no sistema financeiro; medidas do Banco Central que afetam o funcionamento do mercado de capitais, como compra e venda de moedas estrangeiras, decisões sobre juros e impostos sobre aplicações financeiras.

Como diz Charaudeau, “não há captura da realidade empírica que não passe pelo filtro de um ponto de vista particular, o qual constrói um objeto particular que é dado como fragmento do real” (2006, p. 131). Tendo em vista a linha editorial do *Valor Econômico*, seria quase impossível pensar em pautas que contestassem a defesa do crescimento. Porém, mesmo o crescimento como forma de desenvolvimento, é pouco explorado. Temas que envolvem tecnologia, como novas maneiras de gerar energia – que poderiam entrar em um viés mais voltado ao desenvolvimento –, são pouco explorados. As *smart grids*, por exemplo, redes inteligentes de gerenciamento de energia são citadas em apenas dois textos. Na edição de 26, 27 e 28 de abril, página B13, aparecem apenas como parte dos investimentos da Eletrobras. E, na de 30 de abril e 1 de maio, página G6, é explicado o que são e como funcionam as *smart grids*. Nesse caso, o viés do crescimento econômico está presente na defesa que a concessionária Eletropaulo faz do sistema: “do ponto de vista econômico-financeiro, faz sentido”.

Meio ambiente

No discurso do *Valor Econômico*, meio ambiente e economia aparecem atrelados ao que Leff define como economia ecológica. Os textos passam a ideia de que é possível conciliar o crescimento econômico e a preservação ambiental, procurando, por meio do avanço tecnológico, diminuir o impacto causado pelo homem. Essas correntes dão ênfase à tecnologia, acreditando que, a partir da evolução tecnológica, será possível resolver os problemas ambientais. Apesar da preocupação com o meio ambiente, os elementos naturais são entendidos como recursos, para atender demandas de mercado. A questão ambiental aparece em 21 das 130 matérias analisadas.

O discurso do *Valor Econômico* mantém distância da racionalidade ambiental, de Leff,

que propõem uma mudança no sistema e nas orientações econômicas dominantes. Ao defender um desenvolvimento que respeite diferentes modos de vida e diferentes culturas, a racionalidade ambiental aproxima-se dos preceitos do movimento ambientalista tradicional, que tem como base a defesa da preservação da biodiversidade e dos ecossistemas e que entende que o problema ambiental só será resolvido dentro de outra forma de economia, não baseada no crescimento infinito.

As referências ao meio ambiente, na maioria das matérias, estão relacionadas a outros aspectos da questão energética, especialmente à necessidade de licenciamentos ambientais para empreendimentos. A preocupação com o meio ambiente na questão energética aparece apenas superficialmente, mesmo que o *Valor Econômico* seja um jornal que traz seguidamente boas e aprofundadas reportagens ambientais, especialmente as produzidas pela jornalista Daniela Chiarelli.

Quando citada, a questão ambiental normalmente vem inserida em um contexto em que o principal argumento são os investimentos e o crescimento econômico. Nesses casos, muitas vezes o meio ambiente é destacado como empecilho, devido à regulação que visa protegê-lo ou às dificuldades na obtenção de licenças ambientais. Em matéria do dia 6 de fevereiro, página F10, a exploração de gás de xisto é vista como forma de oferecer oportunidade de investimento: “Investir em um negócio de risco como a fase de exploração do óleo e gás pode ser uma alternativa para aplicar recursos em projetos com boa recuperação”. Ao final da matéria, em relação ao meio ambiente, o texto diz: “A tecnologia de exploração exige o fraturamento das rochas no subsolo e pode provocar danos ambientais irreversíveis. Para evitar problemas, o governo estuda impor exigências regulatórias e ambientais maiores para empresas que decidirem investir no segmento”.

A questão energética, especialmente a produção de energia a partir de fontes renováveis, passa a ser mais uma forma de crescimento econômico. No discurso do *Valor Econômico*, as novas tecnologias são oportunidades de conciliar crescimento econômico, maior eficiência energética e evitar a emissão de gases poluentes.

É importante ressaltar, no entanto, que em nenhum momento o *Valor* defende a não existência de licenciamento ou controle ambiental, mas muitas vezes apenas cita essa necessida-

de em uma pequena frase, em um conjunto de texto que trata da expansão e do crescimento.

O discurso não faz relações entre crescimento e sustentabilidade ambiental, e não trata da questão do desenvolvimento. Vemos que a tônica do discurso do *Valor Econômico* passa, senão pela defesa explícita, pela aceitação silenciosa ao pensamento atual de necessidade de crescimento econômico.

Nenhuma matéria do caderno principal do *Valor Econômico* trata do meio ambiente como questão central. Quando aparece, a questão é secundária, e não há questionamento ao modelo de desenvolvimento atual. Fora do caderno principal, no entanto, há uma exceção. É uma reportagem especial, no suplemento de fim de semana, EU&, sobre Nicholas Georgescu-Roegen. O texto, distribuído em quatro páginas, faz um resgate da vida do autor romeno, que foi um dos primeiros economistas a discutir a impossibilidade de um crescimento econômico infinito.

Outro ponto importante que se destaca a partir da análise do *corpus* é que também estão ausentes questões geopolíticas relacionadas ao tema energia. Um tema que, como explicado por Giddens, é de fundamental importância para se pensar o futuro da humanidade, pois, além de ser diretamente responsável pelo aquecimento global, a questão energética está intrinsecamente relacionada com os conceitos que os países têm de sua segurança nacional.

Por isso, a partir da ausência, ou quase ausência, de textos sobre meio ambiente, desenvolvimento e questão geopolítica, temos que ter presente que os sentidos de um texto também se constroem por meio do “não dito”, “do que não está lá”. “Um texto jornalístico é a promoção das interações pelo dito, pelo silenciamento, pelas vontades de apagamento, construindo um efeito de totalidade e resposta aplicável” (Schwaab, 2011, p. 18). Ao não falar, o jornalismo esconde, omite, deixa de apresentar outros lados da questão. Essa ausência também é uma forma de construir a realidade. Ao não mencionar os aspectos ambientais da questão energética, a prática jornalística renega o princípio básico da função: informar e ouvir todos os lados. Ao não mostrar ao seu público que a busca pelo crescimento econômico e, conseqüentemente, por um consumo sempre maior de energia, que parece ser o grande responsável pelo aquecimento global, coloca-se fora de sua responsabilidade para com o interesse público.

Considerações finais

A temática da questão energética acaba sendo tratada pelo *Valor Econômico* prioritariamente por meio do viés financeiro, trazendo dados sobre desempenho de empresas públicas e privadas, aquisições e investimentos, movimentos e “humores” do mercado. O consumidor aparece raramente, e o meio ambiente ocupa espaço secundário. Mesmo textos que poderiam destacar oportunidades de investimento e crescimento econômico com visão mais voltada ao meio ambiente – dentro da corrente de pensamento da economia ecológica, de Leff – são raros.

A relação entre questão ambiental e energia, fundamental para compreendermos os problemas que envolvem a qualidade de vida das populações e até mesmo sua sobrevivência, não é abordada pelo *Valor Econômico*. As fontes fósseis de energia, especialmente o petróleo, são as principais responsáveis pelo aquecimento global e de fundamental importância quando se trata de geopolítica, mas o tema não é levantado nas páginas da publicação.

Relações mais específicas entre economia e meio ambiente também não aparecem no principal jornal de economia do país. A ativação das usinas termelétricas, movidas a gás ou carvão, é mostrada com frequência durante o período estudado. Isso porque o governo as acionou com a justificativa de evitar risco de racionamento e garantir a segurança energética em um momento em que as hidrelétricas estavam com reservatórios baixos. Jornalisticamente, o acionamento poderia desencadear pautas sobre os impactos ambientais das termelétricas e, em um viés mais econômico, sobre como esses impactos influenciam a economia e a vida da população a curto, médio ou longo prazo. Porém, o viés mais presente é o financeiro, destacando a lucratividade das empresas, as vantagens ou não para o governo e para o sistema de abastecimento.

Em grande parte da amostra, o ambiental é visto como um aspecto à parte do que seria mais relevante ao texto, que, nesse conjunto de matérias, revelou-se ser o crescimento econômico, que aparece como uma forma natural de ver a economia. O jornalismo econômico destaca-se aqui como jornalismo de negócios, ou como um espaço para divulgação de oportunidades de negócios, nitidamente voltado aos aspectos que se relacionam ao desempenho das empresas e como alcançar mais lucratividade.

O que se percebe, a partir desta análise, é que o jornalismo de economia não leva em conta a preocupação com o meio ambiente. Mesmo aspectos sociais da questão ambiental não estão presentes. A construção de barragens para hidrelétricas, por exemplo, acarreta uma série de consequências para as comunidades do entorno, que vão desde seu deslocamento, muitas vezes sem consentimento e sem indenização adequada, até a decadência das populações estabelecidas nas proximidades dessas barragens e que têm completamente modificado seu estilo de vida. São problemas também econômicos para as pessoas envolvidas, e que são ignorados pelo *Valor*.

A economia – e o jornalismo de economia – continuam a tratar a questão ambiental como *externalidade*. Porém, como adverte Leff, é preciso rapidamente se dar conta da importância de se incorporar um pensamento mais sistêmico em todos os setores da vida, incluindo os economistas perceberem que devem passar a incorporar as externalidades. A economia deve assumir sua responsabilidade em relação à degradação ecológica.

Como produto social que ganhou autoridade de poder contar a realidade e que tem essa legitimidade, cabe questionar se o jornalismo cumpre sua função de informar, da melhor forma possível e apresentando todos os lados da questão. Obviamente, como dito anteriormente, a prática jornalística é influenciada por diversos fatores, sejam eles pessoais, históricos, sociais, econômicos, ideológicos e empresariais.

No jornalismo econômico e em sua relação com a questão ambiental, essa articulação de forças ocorre de maneira ainda mais delicada, já que é o modelo econômico atual que sustenta a produção jornalística (neste trabalho, falo da grande imprensa). Por isso é tão complicado exigir que esse jornalismo, que é viabilizado economicamente por esse modelo, torne visíveis as falhas do próprio sistema que o mantém. No entanto, mesmo que o jornalismo seja um documento, no sentido que Park dá a ele, público, transitório e efêmero, sujeito a todas as influências, a notícia se caracteriza por ser importante enquanto forma de conhecimento do que é real.

A urgência do problema ambiental impõe que se debatam formas de minimizar as consequências do aquecimento global, e o jornalismo de economia, a meu ver, teria um papel importante, senão fundamental, nesse debate. Não se pretende que o jornalismo traga as soluções, mas que indique os problemas e sua

complexidade para, quem sabe assim, com conhecimento do todo, se possa buscar respostas e possíveis resoluções.

O jornalismo tem responsabilidade com seu leitor e deve estar a serviço do interesse público, precisa relatar os acontecimentos, provocar questionamentos e mostrar os diferentes elementos que o envolvem. O jornalismo deveria se abrir a novas formas de olhar a economia e a questão energética e ambiental. Precisaria ao menos que, nas páginas dos jornais, aparecessem questionamentos sobre a defesa intransigente do crescimento econômico como única maneira de se alcançar o bem-estar social. No contexto atual, não se trata de defender uma visão em detrimento da outra, mas de dar espaço a outras formas de ver e maneiras de viver.

Referências

- ASSIS, W.A.P. de. 2006. *Estudo sobre Desenvolvimento, Bem-Estar e Necessidades Humanas para uma Economia da Complexidade*. Curitiba, PR. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná, 191 p.
- BASILE, S. 2012. *Elementos de Jornalismo Econômico: A sociedade bem informada é uma sociedade melhor*. Rio de Janeiro, Elsevier Editora, 304 p.
- BENETTI, M. 2008. O jornalismo como gênero discursivo. *Revista Galáxia*, 5:13-28.
- BENETTI, M. 2010. Análise do Discurso em jornalismo. In: M. BENETTI; C. LAGO (orgs.), *Metodologias de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis, Vozes, p. 107-122.
- BERGER, P.L.; LUCKMANN, T. 2004. *A Construção Social da Realidade*. 24ª ed., Petrópolis, Vozes, 248 p.
- BERMANN, C. 2012. O Setor Elétrico Brasileiro no Século 21: Cenário Atual e Desafios. In: B. MILLIKAN; P.F. MOREIRA (orgs.), *O Setor Elétrico e a Sustentabilidade no Século 21: Oportunidades e Desafios*. Brasília, Ed. Paula Franco Moreira, p. 17-22.
- BRANDÃO, H.H.N. 2004. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas, Editora da Unicamp, 120 p.
- BUENO, W. da C. 2007. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 15:33-44. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v15i0.11897>
- CALDAS, S. 2008. *Jornalismo Econômico*. São Paulo, Editora Contexto, 138 p.
- CAPRA, F. 1982. *O Ponto de Mutação*. São Paulo, Cultrix, 226 p.
- CECHIN, A.D. 2008. *Georgescu-Roegen e o desenvolvimento sustentável: diálogo ou anátema?* São Paulo, SP. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-15092008-102847/pt-br.php>. Acesso em: 02/02/2013.

- CHARAUDEAU, P. 2006. *Discursos das Mídias*. São Paulo, Contexto, 288 p.
- FOUCAULT, M. 1996. *A Ordem do Discurso*. 2ª ed., São Paulo, Loyola, 80 p.
- GENRO FILHO, A. 1989. *O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre, Editora Ortiz, 230 p.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. 2003. *Bioeconomia, verso un'altra economia ecologicamente e socialmente sostenibile*. Torino, Bollati Boringhieri, 256 p.
- GIDDENS, A. 2010. *A Política da Mudança Climática*. Rio de Janeiro, Zahar, 314 p.
- GORE, A. 2013. *O Futuro. Seis Desafios para Mudar o Mundo*. Barueri, HSM Editora, 567 p.
- LATOUCHE, S. 2009. *Pequeno Tratado do Decrescimento Econômico*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 170 p.
- LEFF, E. 2010. *Discursos Sustentáveis*. São Paulo, Cortez, 293 p.
- MEDITSH, E. 2010. Jornalismo e Construção Social do Acontecimento. In: M. BENETTI; V.P. da S. FONSECA (orgs.), *Jornalismo e Acontecimento: Mapeamentos Críticos*. Florianópolis, Editora Insular, p. 19-42.
- ORLANDI, E.P. 1996. *A Linguagem e seu Funcionamento: as formas do discurso*. 4ª ed., Campinas, Editora Pontes, 276 p.
- ORLANDI, E.P. 2003. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. 5ª ed., Campinas, Editora Pontes, 100 p.
- PARK, R. 2008. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: C. BERGER; B. MAROCCO (orgs.), *A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa*. Porto Alegre, Sulina, vol. 2, p. 51-70.
- PORTO-GONÇALVES, C.W. 2012. *A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 461 p.
- PULITI, P.P. 2009. *A financeirização do noticiário econômico no Brasil (1989-2002)*. São Paulo, SP. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 314 p. <http://dx.doi.org/10.11606/t.27.2009.tde-26112009-153158>
- SCHWAAB, R.T. 2011. *Uma Ecologia do Jornalismo: o valor do verde no saber dizer das revistas da Abril*. Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 214 p.
- SEN, A. 2000. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo, Cia das Letras, 461 p.
- VEIGA, J.E. da. 2010. *Desenvolvimento sustentável, o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro, Garamond, 226 p.
- VILAS BOAS, S. (org.). 2006. *Formação & Informação Econômica: jornalismo para iniciados e leigos*. São Paulo, Summus Editorial, 130 p.

Submetido: 23/02/2016

Aceito: 13/04/2016